



MULHERES E TRÁFICO DE DROGAS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Silviana Fernandes Mariz¹

Francisco Thiago Rocha Vasconcelos²

Luisa Natende Yuculu³

Leonardo Da Silva Leal⁴

Silviana Fernandes Mariz⁵

RESUMO

O presente trabalho é parte de um programa de pesquisa mais amplo, iniciado em 2019, voltado ao mapeamento temático, conceitual e metodológico no campo dos estudos sobre direitos humanos, violência, crime, segurança pública e justiça criminal na chamada África lusófona (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Na pesquisa atual, abordamos especificamente o tema da inserção de mulheres nas dinâmicas do tráfico internacional de drogas que envolvem também a experiência do encarceramento, no Brasil e em países africanos de língua oficial portuguesa. Para isso, realizamos o mapeamento de autores/as, conceitos e metodologias utilizadas nos estudos sobre a questão para o levantamento das hipóteses interpretativas que são construídas. Ao longo da pesquisa, foi possível mapear e analisar 25 produções acadêmicas, entre artigos publicados em revistas especializadas, trabalho de conclusão de curso, dissertações e teses. A inserção de mulheres africanas nas rotas de emigração é estruturada em um contexto de maior protagonismo e ao mesmo tempo de fragilização do papel do gênero feminino em sociedades africanas - elas tornam-se responsáveis pelas atividades domésticas e também se tornaram provedoras, sem necessariamente alcançarem, com isso, posições públicas de comando, seja em nível comunitário ou estatal. Esse contexto favoreceu a inscrição de mulheres nas rotas do tráfico de drogas, como mulas, submetendo-as tanto a um papel subordinado no âmbito do tráfico para a prisão, no apoio a companheiros e familiares presos, bem como na condição de "mochileira", sempre arriscando ser acusada de cumplicidade com o narcotráfico ou mesmo com o narcoterrorismo. Condicionadas pelos problemas econômicos e de integração social nas sociedades em que são imigrantes, mulheres se submetem a uma atuação de risco tendo em vista coações, o retorno a seu país de origem ou emigração a um país visto como mais promissor.

Palavras-chave: mulheres; tráfico de drogas; Brasil; África Lusófona.

Unilab, Instituto de Humanidades, Docente, silviana_mariz@unilab.edu.br¹

Unilab, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, fvasconcelos@unilab.edu.br²

Unilab, Instituto de Humanidades, Discente, 1995.luisanatendejonas@gmail.com³

Unilab, Instituto de Humanidades, Discente, leoleal@aluno.unilab.edu.br⁴

Unilab, Instituto de Humanidades, Docente, silviana_mariz@unilab.edu.br⁵



INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo geral conduzir uma análise da produção, na área das Ciências Humanas, sobre o tema da participação de mulheres africanas de países de língua oficial portuguesa em redes de tráfico de drogas.

O fenômeno da inserção de mulheres no tráfico de drogas não pode ser dissociado de fatores históricos e econômicos, entre eles: 1) os efeitos da globalização nos países africanos foram acompanhados de conjunturas de mudança política e de “ajustamento estrutural” da economia por meio de princípios neoliberais, resultando na fragilização dos Estados frente ao simultâneo endividamento e descontrole do fluxo ilegal de mercadorias; e 2) a “colonização” de rotas prévias de emigração de africanos para Europa, Estados Unidos e Brasil, ligadas ao comércio informal ou à sobrevivência diante de crises econômicas e políticas, pelas novas rotas do tráfico internacional é construída de maneira assemelhada a um tipo de “tráfico humano” (COHEN, 2019). Estes foram os dois eixos de nossa revisão teórica, aos quais se junta o lugar da mulher como mula, indivíduos que, conscientemente ou não, são recrutados para transportar drogas, geralmente para outros países.

METODOLOGIA

A principal metodologia adotada foi de revisão bibliográfica, com mapeamento e análise dos principais conceitos acionados por seus/suas respectivos/as autores/as. Utilizou-se da análise de conteúdo, como técnica hermenêutica de comunicações, seja livros, artigos, entrevistas ou debates, através da qual se realiza a interpretação do sentido de palavras, de temas-chave e de suas combinações entre si buscando localizar conteúdos manifestos e latentes (BARDIN, 1977). Sendo assim, a pesquisa foi realizada através de leituras analíticas e interpretativas, voltadas para destacar as noções e categorias fundamentais dos estudos e as diferentes narrativas sobre a gênese e o desenvolvimento dos processos analisados, bem como as indicações explícitas ou implícitas para o enfrentamento das questões políticas e práticas. A revisão bibliográfica utilizada ocorreu de modo tanto interno quanto externo, ou seja, foram analisados não apenas os textos, mas os contextos de sua produção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas últimas décadas o Brasil se tornou a principal rota de transporte de cocaína para a Europa, a África e a Ásia, com um mercado de proteções no qual colaboram exércitos, forças policiais e governos africanos (COHEN, 2019). Nos últimos anos, esse processo de exportação produziu um acúmulo rápido de capital que talvez explique a disputa recente entre facções no país pelo controle de rotas, incluindo portos e aeroportos, como os de Fortaleza, ponto de conexão com Cabo Verde e Europa. As habilidades para trabalhar em portos e aeroportos são bem diferentes daquelas necessárias nas bocas de fumo e exigem duas tarefas essenciais: transferir e lavar dinheiro do outro lado do Atlântico e recrutar mulas estrangeiras.

Mulas são indivíduos que, conscientemente ou não, são recrutados para transportar drogas, geralmente para outros países. Em casos mais extremos, as drogas são armazenadas em orifícios físicos do corpo humano ou por meio da ingestão, são acondicionadas no estômago em sua forma encapsulada ou em pacotes. O objetivo de haver a mula é contornar os controles no envio de drogas, ao mesmo tempo em que dificulta a chance de ser encontrado o “chefe” do tráfico (FAÉ, 2020). A detenção e até mesmo a morte de algumas mulas são vistas como perdas compensadas pelo lucro proporcionado pelas que chegam com sucesso aos seus destinos.



(COHEN, 2019). As mulas são consideradas peças insignificantes, substituíveis.

A utilização de mulas, nesse sentido, pressupõe um contexto de vulnerabilidade e pobreza capaz de induzir ou coagir indivíduos a assumirem grandes riscos tendo em vista a resolução de conflitos (famílias ameaçadas) ou oportunidades de imigração (fuga de guerra e fome). O recrutamento de mulas se tornou um negócio cada vez mais interessado na exploração dos perfis mais baratos e vulneráveis, recrutados no centro da cidade e nas igrejas, importantes para as comunidades imigrantes. Com o aumento do número de africanos vivendo no país, há uma maior diversificação das populações: além dos nigerianos, angolanos, congoleses, bissau-guineenses, entre outros, compõem o universo da população vulnerável ao apelo e à pressão do tráfico.

O lugar de mula é, em grande parte, ocupado por mulheres, mas não é uma atividade exercida exclusivamente por elas (DUARTE, 2020). Os homens também atuam nessa atividade, geralmente em travessias de maior risco – logístico e de valor do carregamento. O que se tem hoje é uma apreensão grande de mulheres em locais específicos: prisões, portos, aeroportos e rodoviárias. Constata-se, mais uma vez, que o papel da mulher no tráfico de drogas está adstrito aos trabalhos de maior risco e menor remuneração e poder. Há, portanto, subjacente às motivações individuais, um contexto maior de miséria e de urgência, bem como de construção social de gênero, que favorece a tomada de decisão de mulheres em se arriscarem na função de mulas.

Joana Duarte (2020) desenvolveu pesquisa com teses e dissertações da última década (2006-2016) sobre mulheres presas por tráfico de drogas no Brasil e obteve como um dos resultados o aprisionamento de grande parte dessas mulheres na condição de mulas. Entre as mulheres estrangeiras a maioria é do continente americano (239) e, em segundo lugar, do continente africano, com 52 mulheres presas; desse total 34,62% (18) são oriundas da África do Sul; 19,23% (10) de Angola; e 15,38% (8) tipificado como outros países (DUARTE, 2020).

Já para as produções analisadas, ser mula é “como ser a mula do passado colonial”, que “carrega mercadorias e apenas faz a rota mandada”, ou seja, “é ser uma mulher que não chame a atenção da polícia, não tenha perfil de ‘traficante’, seja honesta e não crie problemas” (DUARTE, 2020, p.04). As mulheres transportariam drogas em dois itinerários: para seus companheiros, filhos, netos e maridos presos, no dia de visitas; ou em condição de “mochileiras” de um estado/país para outro. Em alguns casos, são usadas como “mulas-iscas”, para que, sem que saibam, são contratadas para que sejam presas em flagrante na revista íntima e assim abrir oportunidade para um carregamento maior enquanto elas são detidas.

Em relação às mulheres africanas, Silvia Federici (2019, p. 184-186) ilumina um aspecto central: os programas de ajuste estrutural destruíram a subsistência das mulheres, tornando impossível para elas reproduzir suas famílias e a si mesmas (FEDERICI, 2019). No caso de Angola, o histórico de quarenta anos de conflitos desde as guerras de independência gerou grande fluxo de deslocados, especialmente para a capital, Luanda, com significativa participação de mulheres e crianças, grupos que estiveram vulneráveis durante o processo de fuga, nos campos de refugiados ou deslocados internos, e também no retorno aos locais de origem. O forte crescimento econômico recente acelerou e intensificou estes fluxos. Luanda, hoje, é marcada pelo inchaço populacional e desemprego, que fizeram do trabalho informal, com pujante predomínio do trabalho feminino em suas fileiras, a principal fonte de renda de grande parte das famílias angolanas (NASCIMENTO, 2014, p.09).

Em termos de trajetórias pessoais, relações entre papéis de gênero e motivações para ingresso no tráfico, há diversos entendimentos sobre o fenômeno. O primeiro deles, na investigação de Hannah Prado (2016, p. 117) e relaciona-se à dependência afetiva e submissão de gênero, sintetizado na ideia de que “uma mulher deve fortalecer seu homem que está preso”, arriscando-se no transporte de drogas para venda na prisão. Este caso enfoca a explicação, tomando por base os relacionamentos afetivos, da mulher como vítima e não



protagonista. Sendo assim, ao se relacionarem com homens traficantes, tem-se a ideia de que a mulher é cúmplice ou passiva. Se atuante e exerce liderança, ela estaria rompendo com esse papel tradicional de sexo/gênero. A ideia de passividade pode guardar relação com o discurso atribuído à figura histórica da mula, em que esse passa a ser reafirmado pelo sistema patriarcal no tocante ao ingresso das mulheres no mercado de drogas.

Mas esta pode ser uma abordagem limitante, posto que boa parte das mulheres presas na condição de mulas eram solteiras. A mulher na condição laboral de mula não está apenas como sujeita passiva, porque suas demandas concretas e materiais colocam-na em um lugar de não inércia. Todavia, o seu ingresso no tráfico se estabelece pelo conjunto de atributos de uma identidade considerada vulnerável, em razão da classe, idade, nacionalidade, etnia e principalmente gênero: “a mulher pelo fato de ser mulher (ou pela construção de gênero socialmente atribuído a ela) se encaixa no papel de mula, pois possui as características que possibilitam o exercício deste papel” (DUARTE, 2020, p. 6).

Mas em relação às mulheres africanas, a sua inserção nas rotas de emigração é estruturada em um contexto de maior protagonismo e ao mesmo tempo de fragilização do papel do gênero feminino em sociedades africanas – elas tornam-se responsáveis pelas atividades domésticas e também se tornaram provedoras, sem necessariamente alcançarem, com isso, posições públicas de comando, seja em nível comunitário ou estatal. Esse contexto favoreceu a inscrição de mulheres nas rotas do tráfico de drogas, como mulas, submetendo-as tanto a um papel subordinado no âmbito do tráfico para a prisão, no apoio a companheiros e familiares presos, bem como na condição de “mochileira”, sempre arriscando ser acusada de cumplicidade com o narcotráfico ou mesmo com o narcoterrorismo. Condicionadas pelos problemas econômicos e de integração social nas sociedades em que são imigrantes, mulheres se submetem a uma atuação de risco tendo em vista coações, o desejo de retorno a seu país de origem ou a emigração à um país visto como mais promissor.

CONCLUSÕES

Foi possível realizar um amplo mapeamento da produção acadêmica sobre a inserção e participação feminina no tráfico de drogas internacional Brasil-África lusófona, ao mesmo tempo em que foi possível lançar um olhar crítico sobre os conceitos e as formulações de categorias de análise mobilizados pelos/as autores/as do campo de estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unilab (PIBIC/Unilab) pelo financiamento do projeto.

REFERÊNCIAS

- BARDIN Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- COHEN, Corentin. “Desenvolvimento do mercado de drogas brasileiro em direção à África: mitos, evidências e questões teóricas”. *Journal of illicit economies and development*; 1(2), pp. 22-33, 2019.
- DUARTE, Joana das Flores. “Mulas e Mulheres no Brasil: uma questão de gênero, justiça e interseccionalidade”. *Vértices (Campos dos Goitacazes)*, vol. 22, 2020 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil.



FEDERICI, Silvia. O ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2019.

FELTRAN, Gabriel. "The Management of Violence on the São Paulo Periphery: the repertoire of normative apparatus in the 'PCC era'". Vibrant, Virtual Brazilian Ethnography, 7(2), 2010.

FERREIRA, Sinésio, LIMA, Renato e BESSA, Vagner. 2009. "Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo: fatores explicativos e movimentos recentes". Coleção Segurança com Cidadania/ Ministério da Justiça, 2(1): 11-20, 2009.

NASCIMENTO, Allan. "Obstáculos aos direitos humanos das mulheres deslocadas internamente: o caso angolano", Revista Angolana de Sociologia [Online], 13 | 2014, posto online no dia 04 junho 2016, consultado no dia 03 maio 2019.

PRADO, Hannah. Z. A. "O Comércio de Drogas Ilegais na Trajetória de Trabalho de Mulheres Presas na Penitenciária Feminina do DF". 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TOMAZONI, Larissa. "Mulheres estrangeiras encarceradas". Sala Criminal. Disponível em: <http://www.salacriminal.com/home/mulheres-estrangeiras-encarceradas>. Acesso: 30/01/2022., p. 233-254. 2017

TRAN, Léa Barreau. "Express Luanda, trajetos e trajetórias de comerciantes angolanas em trânsito na cidade de São Paulo". Revista Cabo dos Trabalhos, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n. 10, juin 2014, p. en ligne sp, 2014.